



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 458/2011, de 25 de Maio de 2011.

*Estabelece as diretrizes para elaboração do
Orçamento Municipal para o exercício
financeiro de 2012.*

O Prefeito Municipal de ALHANDRA, Estado da Paraíba, FAÇO saber que a Câmara Municipal APROVOU e EU SANCIONO a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DIRETRIZES GERAIS

Art.1º)- São diretrizes orçamentárias gerais as instruções que se observarão a seguir, para elaboração do Orçamento do Município de ALHANDRA, Estado da Paraíba, para o exercício financeiro de 2012.

SEÇÃO I
DAS RECEITAS MUNICIPAIS

Art.2º)- Compõem-se às receitas municipais de:

- I - tributos próprios diretos;
- II - provenientes de atividades econômicas e de serviços;
- III - transferências constitucionais, legais, e voluntárias;
- IV - empréstimos e financiamentos;

Art.3º)- Para estimativa da receita serão considerados os fatores conjunturais, a carga de trabalho para o serviço remunerado, as alterações da legislação tributária.

Art.4º) - O Município fica obrigado a arrecadar todos os impostos e taxas de sua competência, inclusive a receita originária de serviços administrados pelo Município por delegação de instituições públicas ou privadas, na forma conveniada.

Art.5º) - As receitas provenientes de convênios serão estimadas no Orçamento do Município com base na projeção estabelecida pelo órgão repassador ou de acordo com documentos apresentados que assegurem a liberação dos recursos.

Art.6º) – A receita do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, constituída de acordo com a Legislação pertinente, será prevista no Orçamento tendo como base de cálculo o número de alunos do Município

matriculados no exercício anterior e aprovado pelo Ministério da Educação
capita do Estado.

vezes o valor per

SEÇÃO II

DOS GASTOS MUNICIPAIS

Art.7º) - Os gastos municipais são aqueles destinados à realização das atribuições inerentes aos objetivos do Município, bem como os compromissos de natureza social e financeira.

Art.8º)- Para fixação dos gastos municipais devem ser observados os fatores conjunturais, a carga de trabalho, a receita do serviço quando este for remunerado e projetados os gastos de pessoal de acordo com a política salarial estabelecida pelo Governo municipal, dentro dos limites e restrições legais.

Art.9º) – Os gastos com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, serão fixados no Orçamento Municipal de acordo com as mesmas regras e critérios técnicos estabelecidos no art. 8º, observando-se a legislação específica.

Art.10º) – Na fixação e aplicação dos recursos de 25% da receita resultante de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino, ficam proibidas despesas com:

- I – distribuição de merenda escolar;
- II – assistência a estudantes;
- III – realização de Obras de infra-estrutura na rede escolar;
- IV – pessoal em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino;
- V – outras atividades desvinculadas do ensino municipal;

Art.11º) – O gestor municipal deve ser prudente quanto os gastos do Município, aplicando as medidas corretivas apropriadas para evitar desequilíbrios fiscais.

SEÇÃO III

DAS METAS E RISCOS FISCAIS

SUBSEÇÃO I

DAS METAS FISCAIS

Art. 12º) – As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2012 a 2014, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), estão identificados no anexo II desta Lei.

Parágrafo único) – O anexo conterá ainda:

- I – Metas Anuais;
- II – Avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- III – Metas Fiscais Atuais comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos três Exercícios Anteriores;
- IV – evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- V – Origem e Aplicação dos recursos obtidos com a Alienação de Ativos;
- VI – avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência social (RPPS);
- VII – Estimativa e Compensação da renúncia de receita;
- VIII – Margem da expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;

SUBSEÇÃO II

DOS RISCOS FISCAIS

Art. 13º)- Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo III desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

Parágrafo Primeiro) – Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência.

SEÇÃO IV

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 14º)- Serão executadas como prioridades para o exercício de 2012 as ações e metas especificadas no anexo I desta Lei, de acordo com os macro-objetivos estabelecidos no Plano Plurianual para o período de 2010/2013.

CAPÍTULO II

DO ORÇAMENTO MUNICIPAL

Art.15º)- O Orçamento Municipal compreenderá as receitas e despesas da administração, inclusive as provenientes de convênios, de modo a expressar as políticas e programas do governo.

Parágrafo Único - Farão parte do orçamento municipal os recursos vinculados aos Fundos Especiais, de acordo com a legislação específica.

Art.16º)- A previsão da receita e a fixação da despesa no orçamento municipal terão como princípio o equilíbrio, de modo a evitar o déficit das contas do Município.

Parágrafo 1º)- As despesas de Capital para o exercício de 2012, serão fixadas em R\$3.636.250,00(três milhões seiscientos e trinta e seis mil duzentos e cinquenta reais) que serão discriminadas da seguinte forma:

DESPESAS DE CAPITAL	R\$.3.636.250,00
INVESTIMENTOS	R\$.2.801.400,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	R\$. 160.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	R\$. 674.850,00

Parágrafo 2º)- As despesas deverão ser orçadas a preços de julho de 2011.

Art.17º)- O Orçamento para o exercício de 2012 destinará recursos para a Reserva de Contingência, de até 2%(dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício.

Parágrafo Primeiro) – Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados para:

a) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos;

b) obtenção de resultado primário positivo, se for o caso:

c) abertura de créditos adicionais suplementares, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, artigo 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º;

Parágrafo Segundo) – Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2012, poderão, verificado o equilíbrio entre receitas e despesas, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornarem insuficientes.

Art. 18º)- Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria nº 42/99 do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial nºs 163/2001, a discriminação da despesa será apresentada por Unidade Orçamentária, expressa por categoria de programação, indicando-se para cada uma, no seu menor nível de detalhamento:

I – O Orçamento a que pertence;

II- O grupo de despesa a que se refere, obedecendo a seguinte classificação:
DESPESAS CORRENTES

Pessoal e Encargos Sociais

Juros e Encargos da Dívida

Outras Despesas Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos

Inversões Financeiras

Amortização e Refinanciamento da Dívida

Outras Despesas de Capital.

Art. 19º)- Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual 2010/2013.

II – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo.

III – Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

IV – Operações Especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º)- Cada programa indicará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º)- Cada Atividade, Projeto e Operação Especial indicará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42/99 do Ministério do Orçamento e Gestão

§ 3º)- As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

Art.(20) – A discriminação da receita no orçamento será feita por categorias econômicas, subcategorias, fontes, sub-fontes, itens, subitens, de forma a demonstrar a sua caracterização constante na legislação.

Art. 21) – No exercício financeiro de 2012 as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 22) – Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a adoção das medidas de que tratam os parágrafos 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal preservará servidores das áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 23º) – Poderão os Poderes Executivo e Legislativo promoverem aumento ou reajustamento nos salários dos servidores, bem assim, criarem cargos, empregos e funções ou alterações de estrutura de carreiras admissão e contratação de pessoal, observando os critérios de que trata o art. 169 § 1º da Constituição Federal.

Art.24º) – Os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB serão fixados no orçamento municipal, em separado, indicando em cada projeto ou atividade o título do Fundo, para atender o disposto na legislação específica.

Art., 25º) – É vedada a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, dotações a título de:

I – Subvenções Econômicas;

II – subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que prestem serviços essenciais e de assistência social, médica e educacional, mediante Convênio, obrigando-se a beneficiária a prestar contas e obedecer na formalização do instrumento e na liberação de recursos as regras do art. 116, Lei Federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Parágrafo Primeiro – A destinação de recursos para subvenções sociais deverá ser autorizada através de lei específica.

Parágrafo segundo – A Lei Orçamentária Anual deverá destacar as dotações do Orçamento da Seguridade Social, identificando as fontes de recursos.

Art. 26º)- As ajudas e doações a pessoas físicas deverão processar-se de conformidade com a Legislação Municipal específica.

Art. 27º) – Constará do orçamento municipal autorização para:

I - Abertura de Créditos Suplementares;

II- Realização de Operações de Credito por Antecipação da Receita Orçamentária.

Parágrafo único) As Operações de crédito por antecipação da receita orçamentária obedecerão ao disposto no artigo 38 seus incisos e parágrafos, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 28º) – Na Lei Orçamentária Anual poderá constar na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal, devendo conter, demonstrativos especificando, por operações de crédito, as dotações a nível de projetos financiados.

Art.29º) – A abertura de créditos Suplementares e Especiais dependerá da existência de recursos disponíveis; Não poderá ser utilizada anulação de dotação orçamentária comprometida.

Art.30º)- Quando a abertura de créditos suplementares e especiais ocorrer para atender dotações vinculadas a despesas de convênios e fundos especiais serão utilizados os recursos oriundos das suas respectivas fontes, conforme dispõe o art. 72 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 31º) - A Mesa da Câmara Municipal deverá encaminhar ao Prefeito Municipal, até 31 de Julho do corrente exercício, a proposta Orçamentária relativa às dotações do Legislativo Municipal para o exercício de 2012, observadas as disposições do artigo 29-A da Constituição Federal, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 25/2000;

Art. 32º)- O Prefeito Municipal deverá encaminhar à Câmara Municipal o Projeto da Lei Orçamentária Anual para 2012 até o dia 30 de Setembro de 2011 e será composto de:

I – texto do Projeto da Lei;

II – tabelas explicativas das estimativas de receita e despesa;

III – sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do governo;

IV – quadro demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas

(Anexo 1, da Lei nº 4.320/64);

V – quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação;

VI – resumo geral da receita, segundo as categorias econômicas (Anexo 2, da Lei nº

4.320/64);

VII – quadros das dotações por órgãos do governo e da Administração;

VIII – quadros demonstrativos do detalhamento da despesa – QDD;

IX – quadros demonstrativos da despesa, na forma dos anexos 6 a 9 da Lei nº 4.320/64;

X – resumo geral da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

XI – demonstrativo da compatibilidade do orçamento proposto com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Parágrafo Primeiro – A Câmara Municipal deverá devolver para sanção do Prefeito Municipal o Projeto com os respectivos autógrafos até 15 de Dezembro de 2011;

Parágrafo Segundo – O Prefeito Municipal deverá sancionar a Lei Orçamentária Anual e Publicá-la até 31 de dezembro do corrente ano.

Parágrafo Terceiro – A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no parágrafo primeiro deste artigo.

Art.33º) – Não sendo sancionada e publicada a Lei Orçamentária Anual até 31 de Dezembro do ano em curso, o Orçamento das dotações relativas às atividades ou projetos pertinentes às metas previstas no artigo 14 desta Lei poderá ser executado, como proposto, à razão de um doze avos por mês.

CAPITULO III

DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

SEÇÃO I

DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Art.34º)- Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Prefeito Municipal divulgará o Cronograma Mensal de Desembolso e as Metas Bimestrais de Arrecadação para o exercício de 2012.

Art.35º)- Na execução do Orçamento, ocorrendo frustração das metas bimestrais de arrecadação para o exercício de 2012, o Poder Executivo fica autorizado a tomar as medidas corretivas necessárias para manutenção do controle e do equilíbrio fiscal, limitando a emissão de empenhos ou simplesmente limitando as despesas de conformidade com os recursos efetivos do exercício, observando como prioridades:

- I – as despesas decorrentes de normas legais e contratos administrativos;
- II – as despesas de manutenção e conservação dos serviços públicos;
- III – os compromissos provenientes de convênios e outros semelhantes;
- IV – os investimentos.

Parágrafo Primeiro – As despesas com pessoal e encargos, bem como o pagamento do principal e encargos da dívida não serão objeto de limitação.

Parágrafo Segundo – A limitação de empenho ou, simplesmente, limitação de despesa deverá ser no montante equivalente ao da diferença entre a receita arrecadada e a prevista até o bimestre;

Parágrafo Terceiro – Caberá ao Poder Executivo limitar suas despesas em valor igual ao produto da multiplicação do percentual de sua participação determinado no Orçamento, excluída a reserva de contingência, pelo montante determinado de acordo com o parágrafo anterior;

Parágrafo Quarto – Caberá à Câmara Municipal limitar suas despesas em valor igual ao produto da multiplicação do percentual de sua participação determinado no Orçamento, excluída a reserva de contingência, pelo montante determinado de acordo com o parágrafo Segundo deste artigo.

SEÇÃO II

DOS RELATÓRIOS E DEMONSTRATIVOS

Art.36º)- Bimestralmente, o Poder Executivo Municipal, através da Contadoria, elaborará o Relatório Resumido da Execução Orçamentária nos termos do artigo 52 e, semestralmente, o Relatório de Gestão Fiscal e os demonstrativos a que se refere o parágrafo 1º do artigo 53 e os artigos 54 e 55, combinado com o art. 63 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art.37º)- Trimestralmente, a Contadoria avaliará a situação das aplicações obrigatórias no ensino, na saúde, com pessoal e encargos, a movimentação dos recursos do FUNDEB, e das alterações orçamentárias.

CAPITULO IV

DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art.38º)- O Poder Executivo poderá realizar no exercício de 2012 o seguinte:

I – atualização ou elaboração do código tributário municipal para adequá-lo a nova sistemática tributária nacional;

II – melhoramento do serviço de arrecadação dos tributos municipais com adoção de medidas para motivar o contribuinte ao pagamento e evitar evasão de receita.

CAPITULO V

DA POLÍTICA DE PESSOAL

Art.39º)- A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, somente será admitida se:

I – respeitados os limites de que trata o art. 19 desta Lei;

II – houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

Art.40º)- Poderá o Poder Executivo, obedecendo as condições estabelecidas nesta lei, e as restrições do art. 71 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

I – promover atualização dos salários dos servidores municipais;

II – estruturar ou reestruturar o plano de cargos, carreiras e salários dos servidores municipais.

CAPITULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.41º)- O Município poderá contribuir com custeio de despesas de competência da União e do Estado, desde que, o objeto do convênio justifique o desembolso.

Art. 42º) O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com os Governos Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art.43º)- Fica a cargo da Secretaria de Finanças da Prefeitura a coordenação e elaboração dos instrumentos de que trata esta lei.

Art.44º)- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, são revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em, 25 de Maio de 2011


Renato Mendes Leite
Prefeito Constitucional



Diário Oficial

Prefeitura Municipal de ALHANDRA-PB

Atos do Poder Executivo

CRIADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 161 DE 21 DE OUTUBRO DE 1975

LEI Nº 458/2011, de 25 de Maio de 2011.

Estabelece as diretrizes para elaboração do Orçamento Municipal para o exercício financeiro de 2012.

O Prefeito Municipal de ALHANDRA, Estado da Paraíba, FAÇO saber que a Câmara Municipal APROVOU e EU SANCIONO a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DIRETRIZES GERAIS

Art.1º - São diretrizes orçamentárias gerais as instruções que se observarão a seguir, para elaboração do Orçamento do Município de ALHANDRA, Estado da Paraíba, para o exercício financeiro de 2012.

SEÇÃO I DAS RECEITAS MUNICIPAIS

Art.2º)- Compõem-se às receitas municipais de:

I - tributos próprios diretos;
II - provenientes de atividades econômicas e de serviços;
III - transferências constitucionais, legais, e voluntárias;

IV - empréstimos e financiamentos;
Art. 3º- Para estimativa da receita serão considerados os fatores conjunturais, a carga de trabalho para o serviço remunerado, as alterações da legislação tributária.

Art. 4º - O Município fica obrigado a arrecadar todos os impostos e taxas de sua competência, inclusive a receita originária de serviços administrados pelo Município por delegação de instituições públicas ou privadas, na forma conveniada.

Art. 5º - As receitas provenientes de convênios serão estimadas no Orçamento do Município com base na projeção estabelecida pelo órgão repassador ou de acordo com documentos apresentados que assegurem a liberação dos recursos.

Art. 6º - A receita do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, constituída de acordo com a Legislação pertinente, será prevista no Orçamento tendo como base de cálculo o número de alunos do Município

matriculados no exercício anterior e aprovado pelo Ministério da Educação vezes o valor per capita do Estado.

SEÇÃO II DOS GASTOS MUNICIPAIS

Art. 7º - Os gastos municipais são aqueles destinados à realização das atribuições inerentes aos objetivos do Município, bem como os compromissos de natureza social e financeira.

Art. 8º- Para fixação dos gastos municipais devem ser observados os fatores conjunturais, a carga de trabalho, a receita do serviço quando este for remunerado e projetados os gastos de pessoal de acordo com a política salarial estabelecida pelo Governo municipal, dentro dos limites e restrições legais.

Art. 9º - Os gastos com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, serão fixados no Orçamento Municipal de acordo com as mesmas regras e critérios técnicos estabelecidos no art. 8º, observando-se a legislação específica.

Art. 10º - Na fixação e aplicação dos recursos de 25% da receita resultante de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino, ficam proibidas despesas com:

I - distribuição de merenda escolar;
II - assistência a estudantes;
III - realização de Obras de infraestrutura na rede escolar;
IV - pessoal em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino;
V - outras atividades desvinculadas do ensino municipal;

Art. 11º - O gestor municipal deve ser prudente quanto os gastos do Município, aplicando as medidas corretivas apropriadas para evitar desequilíbrios fiscais.

SEÇÃO III DAS METAS E RISCOS FISCAIS SUBSEÇÃO I DAS METAS FISCAIS

Art. 12º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2012 a 2014, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), estão identificados no anexo II desta Lei.



ainda:

Parágrafo único) - O anexo conterá

- I - Metas Anuais;
- II - Avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- III - Metas Fiscais Atuais comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos três Exercícios Anteriores;
- IV - evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- V - Origem e Aplicação dos recursos obtidos com a Alienação de Ativos;
- VI - avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência social (RPPS);
- VII - Estimativa e Compensação da renúncia de receita;
- VIII - Margem da expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;

SUBSEÇÃO II DOS RISCOS FISCAIS

Art. 13º- Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo III desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

Parágrafo Primeiro) - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência.

SEÇÃO IV DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 14º - Serão executadas como prioridades para o exercício de 2012 as ações e metas especificadas no anexo I desta Lei, de acordo com os macro-objetivos estabelecidos no Plano Plurianual para o período de 2010/2013.

CAPÍTULO II DO ORÇAMENTO MUNICIPAL

Art. 15º - O Orçamento Municipal compreenderá as receitas e despesas da administração, inclusive as provenientes de convênios, de modo a expressar as políticas e programas do governo.

Parágrafo Único - Farão parte do orçamento municipal os recursos vinculados aos Fundos Especiais, de acordo com a legislação específica.

Art.16)- A previsão da receita e a fixação da despesa no orçamento municipal terão como princípio o equilíbrio, de modo a evitar o déficit das contas do Município.

Parágrafo 1º - As despesas de Capital para o exercício de 2012, serão fixadas em R\$3.636.250,00(três milhões seiscentos e trinta e seis mil duzentos e cinquenta reais) que serão discriminadas da seguinte forma:

DESPESAS DE CAPITAL

R\$. 3.636.250,00

INVESTIMENTOS

R\$. 2.801.400,00

INVERSÕES FINANCEIRAS

R\$. 160.000,00

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

R\$. 674.850,00

Parágrafo 2º- As despesas deverão ser orçadas a preços de julho de 2011.

Art. 17º - O Orçamento para o exercício de 2012 destinará recursos para a Reserva de Contingência, de até 2%(dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício.

Parágrafo Primeiro) - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados para:

- a) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos;
- b) obtenção de resultado primário positivo, se for o caso;
- c) abertura de créditos adicionais suplementares, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, artigo 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º;

Parágrafo Segundo) - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2012, poderão, verificado o equilíbrio entre receitas e despesas, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornarem insuficientes.

Art. 18º - Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria nº 42/99 do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial nºs 163/2001, a discriminação da despesa será apresentada por Unidade Orçamentária, expressa por categoria de programação, indicando-se para cada uma, no seu menor nível de detalhamento:

- I - O Orçamento a que pertence;
 - II- O grupo de despesa a que se refere,
- obedecendo a seguinte classificação:

DESPESAS CORRENTES

Pessoal e Encargos Sociais

Juros e Encargos da Dívida

Outras Despesas Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos

Inversões Financeiras

Amortização e Refinanciamento da

Dívida

Outras Despesas de Capital..

Art. 19º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual 2010/2013.

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo.

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e



IV – Operações Especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa indicará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada Atividade, Projeto e Operação Especial indicará a função e a sub-função às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42/99 do Ministério do Orçamento e Gestão

§ 3º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

Art. 20º – A discriminação da receita no orçamento será feita por categorias econômicas, subcategorias, fontes, sub-fontes, itens, subitens, de forma a demonstrar a sua caracterização constante na legislação.

Art. 21º – No exercício financeiro de 2012 as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 22º – Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a adoção das medidas de que tratam os parágrafos 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal preservará servidores das áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 23º – Poderão os Poderes Executivo e Legislativo promoverem aumento ou reajustamento nos salários dos servidores, bem assim, criarem cargos, empregos e funções ou alterações de estrutura de carreiras admissão e contratação de pessoal, observando os critérios de que trata o art. 169 § 1º da Constituição Federal.

Art. 24º – Os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB serão fixados no orçamento municipal, em separado, indicando em cada projeto ou atividade o título do Fundo, para atender o disposto na legislação específica.

Art. 25º – É vedada a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, dotações a título de:

I – Subvenções Econômicas;

II – subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que prestem serviços essenciais e de assistência social, médica e educacional, mediante Convênio, obrigando-se a beneficiária a prestar contas e obedecer na formalização do instrumento e na liberação de recursos as regras do art. 116, Lei Federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Parágrafo Primeiro – A destinação de recursos para subvenções sociais deverá ser autorizada através de lei específica.

Parágrafo segundo – A Lei Orçamentária Anual deverá destacar as dotações do Orçamento da Seguridade Social, identificando as fontes de recursos.

Art. 26º – As ajudas e doações a pessoas físicas deverão processar-se de conformidade com a Legislação Municipal específica.

Art. 27º – Constará do orçamento municipal autorização para:

I - Abertura de Créditos Suplementares;

II- Realização de Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária.

Parágrafo único) As Operações de crédito por antecipação da receita orçamentária obedecerão ao disposto no artigo 38 seus incisos e parágrafos, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 28º – Na Lei Orçamentária Anual poderá constar na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal, devendo conter, demonstrativos especificando, por operações de crédito, as dotações a nível de projetos financiados.

Art. 29º – A abertura de créditos Suplementares e Especiais dependerá da existência de recursos disponíveis; Não poderá ser utilizada anulação de dotação orçamentária comprometida.

Art. 30º- Quando a abertura de créditos suplementares e especiais ocorrer para atender dotações vinculadas a despesas de convênios e fundos especiais serão utilizados os recursos oriundos das suas respectivas fontes, conforme dispõe o art. 72 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 31º - A Mesa da Câmara Municipal deverá encaminhar ao Prefeito Municipal, até 31 de Julho do corrente exercício, a proposta Orçamentária relativa às dotações do Legislativo Municipal para o exercício de 2012, observadas as disposições do artigo 29-A da Constituição Federal, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 25/2000;

Art. 32º- O Prefeito Municipal deverá encaminhar à Câmara Municipal o Projeto da Lei Orçamentária Anual para 2012 até o dia 30 de Setembro de 2011 e será composto de:

I – texto do Projeto da Lei;

II – tabelas explicativas das estimativas de receita e despesa;

III – sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do governo;

IV – quadro demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas (Anexo 1, da Lei nº 4.320/64);

V – quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação;

VI – resumo geral da receita, segundo as categorias econômicas (Anexo 2, da Lei nº 4.320/64);

VII – quadros das dotações por órgãos do governo e da Administração;

VIII – quadros demonstrativos do detalhamento da despesa – QDD;

IX – quadros demonstrativos da despesa, na forma dos anexos 6 a 9 da Lei nº 4.320/64;

X – resumo geral da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

XI – demonstrativo da compatibilidade do orçamento proposto com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.



Parágrafo Primeiro - A Câmara Municipal deverá devolver para sanção do Prefeito Municipal o Projeto com os respectivos autógrafos até 15 de Dezembro de 2011;

Parágrafo Segundo - O Prefeito Municipal deverá sancionar a Lei Orçamentária Anual e Publicá-la até 31 de dezembro do corrente ano.

Parágrafo Terceiro - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no parágrafo primeiro deste artigo.

Art. 33º - Não sendo sancionada e publicada a Lei Orçamentária Anual até 31 de Dezembro do ano em curso, o Orçamento das dotações relativas às atividades ou projetos pertinentes às metas previstas no artigo 14 desta Lei poderá ser executado, como proposto, à razão de um doze avos por mês.

CAPITULO III DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA SEÇÃO I

DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Art. 34º- Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Prefeito Municipal divulgará o Cronograma Mensal de Desembolso e as Metas Bimestrais de Arrecadação para o exercício de 2012.

Art. 35º- Na execução do Orçamento, ocorrendo frustração das metas bimestrais de arrecadação para o exercício de 2012, o Poder Executivo fica autorizado a tomar as medidas corretivas necessárias para manutenção do controle e do equilíbrio fiscal, limitando a emissão de empenhos ou simplesmente limitando as despesas de conformidade com os recursos efetivos do exercício, observando como prioridades:

I - as despesas decorrentes de normas legais e contratos administrativos;

II - as despesas de manutenção e conservação dos serviços públicos;

III - os compromissos provenientes de convênios e outros semelhantes;

IV - os investimentos.

Parágrafo Primeiro - As despesas com pessoal e encargos, bem como o pagamento do principal e encargos da dívida não serão objeto de limitação.

Parágrafo Segundo - A limitação de empenho ou, simplesmente, limitação de despesa deverá ser no montante equivalente ao da diferença entre a receita arrecadada e a prevista até o bimestre;

Parágrafo Terceiro - Caberá ao Poder Executivo limitar suas despesas em valor igual ao produto da multiplicação do percentual de sua participação determinado no Orçamento, excluída a reserva de contingência, pelo montante determinado de acordo com o parágrafo anterior;

Parágrafo Quarto - Caberá à Câmara Municipal limitar suas despesas em valor igual ao produto da multiplicação do percentual de sua participação determinado no Orçamento, excluída a reserva de contingência, pelo montante determinado de acordo com o parágrafo Segundo deste artigo.

SEÇÃO II DOS RELATÓRIOS E DEMONSTRATIVOS

Art. 36º - Bimestralmente, o Poder Executivo Municipal, através da Contadoria, elaborará o Relatório Resumido da Execução Orçamentária nos termos do artigo 52 e,

semestralmente, o Relatório de Gestão Fiscal e os demonstrativos a que se refere o parágrafo 1º do artigo 53 e os artigos 54 e 55, combinado com o art. 63 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 37º- Trimestralmente, a Contadoria avaliará a situação das aplicações obrigatórias no ensino, na saúde, com pessoal e encargos, a movimentação dos recursos do FUNDEB, e das alterações orçamentárias.

CAPITULO IV DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 38º- O Poder Executivo poderá realizar no exercício de 2012 o seguinte:

I - atualização ou elaboração do código tributário municipal para adequá-lo a nova sistemática tributária nacional;

II - melhoramento do serviço de arrecadação dos tributos municipais com adoção de medidas para motivar o contribuinte ao pagamento e evitar evasão de receita.

CAPITULO V DA POLÍTICA DE PESSOAL

Art. 39º- A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, somente será admitida se:

I - respeitados os limites de que trata o art. 19 desta Lei;

II - houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

Art. 40º- Poderá o Poder Executivo, obedecendo as condições estabelecidas nesta lei, e as restrições do art. 71 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

I - promover atualização dos salários dos servidores municipais;

II - estruturar ou reestruturar o plano de cargos, carreiras e salários dos servidores municipais.

CAPITULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41º - O Município poderá contribuir com custeio de despesas de competência da União e do Estado, desde que, o objeto do convênio justifique o desembolso.

Art. 42º O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com os Governos Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 43º - Fica a cargo da Secretaria de Finanças da Prefeitura a coordenação e elaboração dos instrumentos de que trata esta lei.

Art. 44º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, são revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de, em 25 de Maio de 2011

Renato Mendes Leite
Prefeito Constitucional





ESTADO DA PARAIBA					
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA					
PRIORIDADES E METAS PARA 2012			LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO I.1		
MACROOBJETIVO: Garantir o funcionamento do Poder Legislativo					
FUNÇÃO: 01- LEGISLATIVA					
AÇÕES	TIPO	PRODUTO (BEM OU SERVIÇO)	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR
Reposições de recursos financeiros para a Câmara Municipal	A				1.483.719,00
TOTAL					1.483.719,00

Renato Mendes Leite
RENATO MENDES LEITE
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DA PARAIBA					
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA					
PRIORIDADES E METAS PARA 2012			LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO I.1		
MACROOBJETIVO: Garantir o funcionamento dos serviços administrativos					
FUNÇÃO: 09- PREVIDÊNCIA SOCIAL					
AÇÕES	TIPO	PRODUTO (BEM OU SERVIÇO)	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR
Manutenção dos Encargos Previdenciários	A				317.468,00
Pagamento de Benefícios da Previdência Própria	A				752.058,00
Manut. das Ativ. Administrativas do ISSMA	A				95.905,00
TOTAL					1.165.471,00

Renato Mendes Leite
RENATO MENDES LEITE
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DA PARAIBA					
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA					
PRIORIDADES E METAS PARA 2012			LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO I.1		
MACROOBJETIVO: Garantir o funcionamento dos Serviços Administrativos					
FUNÇÃO: 06- ADMINISTRAÇÃO GERAL					
AÇÕES	TIPO	PRODUTO (BEM OU SERVIÇO)	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR
Manutenção dos Serviços Financeiros	A				365.189,00
Manutenção das Atividades de Controle e Fiscal	A				391.021,00
Manutenção dos Serviços Administrativos	A				1.441.372,00
Construção de Garagem Municipal	P	Garagem Construída	unidade	07 / 25%	23.000,00
Construção de Centro Administrativo Integrado	P	Administrativo Construído	unidade	25%	125.000,00
Ampliação e Reforma do Prédio da Prefeitura	P	Ampliação e Reformas Prédios	unidade	25%	45.000,00
Construção de um Prédio para Suprimento de Água	P	Prédios Construídos	unidade	25%	25.000,00
Construção de Centro de Convalescença	P	Centro de Convalescença Construído	unidade	25%	30.000,00
TOTAL					3.047.681,00

Renato Mendes Leite
RENATO MENDES LEITE
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DA PARAIBA					
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA					
PRIORIDADES E METAS PARA 2012			LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO I.1		
MACROOBJETIVO: Garantir a educação e a saúde					
FUNÇÃO: 10- SAÚDE					
AÇÕES	TIPO	PRODUTO (BEM OU SERVIÇO)	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR
Manutenção da Saúde Pública	A				6.166.156,00
Construção de Postos de Saúde	P	Postos de Saúde Construídos	unidade	02 / 55%	80.000,00
Ampliação e Reforma do Hospital Municipal	P	Hospital Reformado e Ampliado	unidade	01 / 22%	40.000,00
TOTAL					6.286.156,00

Renato Mendes Leite
RENATO MENDES LEITE
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DA PARAIBA					
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA					
PRIORIDADES E METAS PARA 2012			LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO I.1		
MACROOBJETIVO: Garantir educação à criança e à família					
FUNÇÃO: 08- ASSISTÊNCIA SOCIAL					
AÇÕES	TIPO	PRODUTO (BEM OU SERVIÇO)	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR
Assistência à Criança e ao Adolescente	A	Criança e Adolescente Atendidos	unidade	800	37.174,00
Manutenção do Conselho Tutelar	A				34.314,00
Proposição Assistencialista Pessoa Carente	A	Pessoa Assistida	unidade	400	130.787,00
Manutenção das Atividades de Assistência Social	A				340.897,00
Manutenção do RCD/Borla Família	A				71.488,00
TOTAL					612.660,00

Renato Mendes Leite
RENATO MENDES LEITE
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DA PARAIBA					
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA					
PRIORIDADES E METAS PARA 2012			LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO I.1		
MACROOBJETIVO: Elevar o nível educacional da população					
FUNÇÃO: 12- EDUCAÇÃO					
AÇÕES	TIPO	PRODUTO (BEM OU SERVIÇO)	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR
Distribuição de Merenda Escolar	A	Almoço Escolar	unidade	350	265.077,00
Construção de uma Escola de Informática no Distrito de M. Rodovalho	P	Escola de Informática Construída	unidade	40%	48.000,00
Treinamento de Professores Municipais	P	Treinados Professores	unidade	250	20.225,00
Ampliação e Reforma de Unidades Escolares	P	Unidades Escolares Ampliadas	unidade	02	80.000,00
Manutenção do Ensino Fundamental	A				8.398.453,00
Manutenção do Ensino de Jovens e Adultos	A				140.117,00
Construção de Centro de Capacitação Profissional	P	Centro de Capacitação Profissional Construído	unidade	40%	60.000,00
Manutenção do Conselho Municipal de Educação	A				13.485,00
Construção de Creches	P	Creches Construídas	unidade	01	80.000,00
Manutenção do Ensino Infantil	A				285.955,00
Construção de Unidades Escolares	P	Escolas Construídas	unidade	15%	75.000,00
Manutenção de Creches	A				477.542,00
TOTAL					9.041.850,00

Renato Mendes Leite
RENATO MENDES LEITE
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DA PARAIBA					
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA					
PROJETO RESOLUÇÃO Nº 001/2012				LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	
				ANEXO 1.1	
MACROOBJETIVO: Elevar o nível educacional da população					
FUNÇÃO 13 - CULTURA					
ACÕES	TIPO	PROJETO (NOMES DE SERVIÇOS)	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR
Construção de Biblioteca Pública	P	Biblioteca Pública	unidade	20%	25.000,00
Construção de Praça de Eventos	P	Construção de Praça de Eventos	unidade	20%	20.000,00
Manutenção das Atividades Artísticas e Culturais	A	Manutenção das Atividades Artísticas e Culturais	unidade	10%	75.000,00
Construção de Centro Cultural	P	Centro Cultural	unidade	10%	50.000,00
TOTAL					839.000,00

Renato Mendes Leite
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DA PARAIBA					
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA			LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS		
PRIORIDADES E METAS PARA 2012			ANEXO 1.1		
MACROOBJETIVO: Melhorar a qualidade de vida da população					
FUNÇÃO 15 - URBANISMO					
AÇÕES	TIPO	PROJETO (NOMES DE SERVIÇOS)	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR
Elaboração de Plano de Urbanismo	P	Elaboração de Plano de Urbanismo	unidade	01/01	20.000,00
Manutenção de ruas e avenidas	P	Manutenção de Ruas e Avenidas	unidade	00/00	110.000,00
Manutenção da Limpeza Pública	A	Manutenção da Limpeza Pública	unidade	100%	1.000.000,00
Manutenção dos Serviços de Aterramento e Urbanização	A	Manutenção dos Serviços de Aterramento e Urbanização	unidade	100%	500.000,00
Manutenção das Vias Urbanas	A	Manutenção das Vias Urbanas	unidade	100%	40.000,00
Manutenção das Vias Urbanas	A	Manutenção das Vias Urbanas	unidade	100%	40.000,00
Construção de Praças	P	Praças	unidade	20.000,00	20.000,00
Ampliação de Calçadas	P	Ampliação de Calçadas	unidade	22.400,00	22.400,00
Acquisição de lotes de Terreno para Unidades Públicas	P	Acquisição de lotes de Terreno para Unidades Públicas	unidade	10.000,00	10.000,00
Construção de Terminal Rodoviário	P	Terminal Rodoviário	unidade	20.000,00	20.000,00
Construção de Albergue para Passageiros	P	Albergue para Passageiros	unidade	03	10.000,00
Construção do Ponto de Ônibus	P	Ponto de Ônibus	unidade	20.000,00	20.000,00
TOTAL					5.400.000,00

Renato Mendes Leite
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DA PARAIBA					
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA			LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS		
PRIORIDADES E METAS PARA 2012			ANEXO 1.1		
MACROOBJETIVO: Melhorar a qualidade de vida da população					
FUNÇÃO 16 - HABITAÇÃO					
AÇÕES	TIPO	PROJETO / SERVIÇOS	UNIDADE DE MEDIDA	METAS FÍSICAS	VALOR
Construção de Casas Populares na sede	P	Casa Popular Construção	unidade	12	60.000,00
Manutenção de Casas Populares na sede	P	Casa Popular Manutenção	unidade	27	60.000,00
Construção de Casas Populares na zona rural	P	Casa Popular Construção	unidade	15	75.000,00
Manutenção de Casas Populares na zona rural	P	Casa Popular Manutenção	unidade	15	75.000,00
TOTAL					255.000,00

Renato Mendes Leite
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DA PARAIBA					
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA			LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS		
PROGRAMAS E METAS PARA 2012			ANEXO 1.1		
MACROOBJETIVO: Garantir a qualidade de ensino e a saúde					
FUNÇÃO 17 - SAÚDE					
AÇÕES	TIPO	PROJETO (NOMES DE SERVIÇOS)	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR
Manutenção dos serviços de Saúde Bucal	A	Manutenção dos serviços de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Construção de Unidade de Saúde Bucal	P	Construção de Unidade de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade	01	51.472,00
Implantação do Sistema de Saúde Bucal	P	Implantação do Sistema de Saúde Bucal	unidade		

Renato Mendes Leite
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DA PARAIBA					
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA			LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS		
PRIORIDADES E METAS PARA 2012			ANEXO 1.1		
MACROOBJETIVO: Melhorar a qualidade de vida da população					
FUNÇÃO 20 - AGRICULTURA					
AÇÕES	TIPO	PROJETO (NOMES DE SERVIÇOS)	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR
Ampliação do Trator e Implementos	P	Manutenção de Agravados	unidade	1	120.000,00
Manutenção dos serviços de Aterramento	A	Manutenção de Aterramento	unidade	100%	291.671,00
Assistência aos Agricultores e Mecânicos	P	Assistência aos Agricultores e Mecânicos	unidade	40	40.000,00
Construção de Armazém Público	P	Construção de Armazém Público	unidade	20%	60.000,00
Construção de Um Mercado Público	P	Construção de Um Mercado Público	unidade	10%	30.000,00
Construção de Um Mercado Público	P	Construção de Um Mercado Público	unidade	10%	30.000,00
Construção de Shopping dos Frutas	P	Construção de Shopping dos Frutas	unidade	10%	10.000,00
Reforma do Mercado Público da Sede	P	Reforma do Mercado Público da Sede	unidade	20%	20.000,00
TOTAL					702.671,00

Renato Mendes Leite
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DA PARAIBA					
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA					
PRIORIDADES E METAS PARA 2012			LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO 1.1		
MACROOBJETIVO: Melhorar a qualidade de vida da população					
FUNÇÃO 25 - COMÉRCIO E SERVIÇOS					
ACÇÕES	TIPO	PROJETO (NOME DO SERVIÇO)	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR
Construção de Mercado de Artesanato	P	Merchand de Artesanato- Comercio	artificia	10%	27.000,00
TOTAL					27.000,00

Renato Mendes Leite
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DA PARAIBA					
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA					
PRIORIDADES E METAS PARA 2012			LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS		
MACROOBJETIVO: Melhorar a qualidade de vida da população			ANEXO 1.1		
FUNÇÃO 26 - TRANSPORTE					
AÇÕES	TIPO	PROJETO (NOMES DE SERVIÇOS)	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR
Manutenção dos Estrados Municipais	A	Manutenção dos Estrados Municipais	unidade	100	125.000,00
Construção de Estrados	P	Construção de Estrados	unidade	02	42.500,00
Manutenção de Estrados Municipais	A	Manutenção de Estrados Municipais	unidade	100	40.000,00
Ampliação de Estrados Municipais	P	Ampliação de Estrados Municipais	unidade	02	22.000,00
Acquisição de Patentes Municipais	P	Acquisição de Patentes Municipais	unidade	01	200.000,00
TOTAL					430.500,00

Renato Mendes Leite
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DA PARAIBA					
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA					
PRIORIDADES E METAS PARA 2012			LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS		
			ANEXO 1.1		
MACROOBJETIVO: Melhorar a qualidade de vida da população					
FUNÇÃO 22 - ESPORTE E LAZER					
AÇÕES	TIPO	PROJETO (NOMES DE SERVIÇOS)	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR
Construção de Quadras de Esportes	P	Construção de Quadras de Esportes	unidade	03	85.000,00
Manutenção das Atividades Desportivas	A	Manutenção das Atividades Desportivas	unidade	100%	277.375,00
Construção de Ginásio Poliesportivo	P	Construção de Ginásio Poliesportivo	unidade	01	60.000,00
Ampliação e Reforma de Estádios de Futebol	P	Ampliação e Reforma de Estádios de Futebol	unidade	01	50.000,00
Construção de Campo de Futebol	P	Construção de Campo de Futebol	unidade	01	50.000,00
TOTAL					532.375,00

Renato Mendes Leite
PREFEITO MUNICIPAL

